



Número: **0600590-50.2022.6.00.0000**

Classe: **REPRESENTAÇÃO**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Superior Eleitoral**

Órgão julgador: **Juiz Auxiliar - Ministro Raul Araújo**

Última distribuição : **26/07/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Internet, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Impulsioneamento**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT) - NACIONAL (REPRESENTANTE)		ANA CAROLINE ALVES LEITAO (ADVOGADO) WALBER DE MOURA AGRA (ADVOGADO) ALISSON EMMANUEL DE OLIVEIRA LUCENA (ADVOGADO)	
PARTIDO LIBERAL (PL) - NACIONAL (REPRESENTADO)			
JAIR MESSIAS BOLSONARO (REPRESENTADO)			
Procurador Geral Eleitoral (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15783 4853	26/07/2022 13:45	<a href="#">Peticao.Inicial.Impulsioneamento</a>	Petição Inicial Anexa

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO LUIZ EDSON FACHIN, PRESIDENTE DO  
EGRÉGIO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.**

**PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.719.575/0001-69, com sede na SAFS - Quadra 02 - Lote 03 (atrás do anexo do Itamaraty), Plano Piloto - Brasília/DF, CEP: 70042-900, neste ato representado por seu presidente nacional, **CARLOS ROBERTO LUPI**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da cédula de identidade nº: 036289023, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 434.259.097-20, com endereço eletrônico: [clupi@uol.com.br](mailto:clupi@uol.com.br), vem, respeitosamente, por seus advogados *in fine* assinados, constituídos mediante instrumento procuratório que segue em anexo (**doc. 01**), perante Vossa Excelência, com fundamento legal no art. 96 da Lei nº 9.504/1997, propor a presente

**REPRESENTAÇÃO ELEITORAL COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR DE  
URGÊNCIA**

em face de **JAIR MESSIAS BOLSONARO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 453.178.287-91, com endereço no Palácio da Alvorada, SPP Zona Cívico- Administrativa, Brasília, Distrito Federal, CEP 70.150-000; e do **PARTIDO LIBERAL**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 08.517.423/0001-95, e-mail: [juridico22pl@gmail.com](mailto:juridico22pl@gmail.com), com endereço na Qd. SHS Qd. 6 Cj. A Bl, sala 903, Asa Sul, Brasília (DF), CEP 70.316-102; o que faz com esboço nos pontos de fato e de Direito doravante articulados:



## I. DOS FATOS

Em 24 (vinte e quatro) de julho de 2022 o Partido Liberal (PL) realizou a convenção, na qual o Senhor Jair Messias Bolsonaro, Presidente da República, foi confirmado como candidato à reeleição no pleito que se avizinha. Como forma de prenunciar a realização do ato partidário, a grei deu início a uma campanha de impulsionamento sem precedentes, com a divulgação maciça de imagens do Senhor Jair Messias Bolsonaro, ao som do *jingle* da campanha eleitoral.

Os anúncios intitulados de “capitão do povo” começaram a ser divulgados através da plataforma do *Youtube* nos dias que antecederam a convenção partidária do PL, a saber, 22 (vinte e dois) e 23 (vinte e três) de julho de 2022. De acordo com as informações albergadas pelo Google, o investimento realizado no impulsionamento dos 15 (quinze) anúncios atingiu, aproximadamente, o importe de R\$ 740.500,00 (setecentos e quarenta mil e quinhentos reais).<sup>1</sup>

O conteúdo foi direcionado para todos os Estados brasileiros, no que a única diferença diz respeito ao numerário financeiro aplicado. Cite-se, por exemplo, que, para o conteúdo atingir mais pessoas no Estado de São Paulo, foram gastos cerca de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais). Já no Estado do Paraná e do Rio Grande do Sul foram gastos, respectivamente, R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais) e R\$ 50.500,00 (cinquenta mil e quinhentos reais). Confira-se:

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://adstransparency.google.com/advertiser/AR04315776721786765313?political=&region=BR> Acesso em 26 de julho de 2022. < > .





Exibidos em Brasil, qualquer horário

Gastos com publicidade

**R\$740.500,00 (BRL)**

Anúncios

**15**

Atualizados continuamente, pode haver algumas horas de atraso

#### Gasto por local de exibição dos anúncios

Exibidos em Brasil, qualquer horário

Estado

Gastos com publicidade ↓

State of Sao Paulo	R\$ 105 mil
State of Parana	R\$ 56 mil
State of Rio Grande do Sul	R\$ 50,5 mil
State of Goias	R\$ 46 mil
State of Bahia	R\$ 43,5 mil
State of Minas Gerais	R\$ 39,5 mil

Mencione-se, à guisa de exemplo, que um dos anúncios mais caros custou ao PL o valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), tendo sido impulsionado nos Estados do Rio de

2

Disponível

em:

<https://adstransparency.google.com/advertiser/AR04315776721786765313?political=&region=BR>

Acesso em 26 de julho de 2022.

<  
>



Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. O anúncio foi exibido mais de dez milhões de vezes. Confira-se:

ANUNCIANTE  
**PARTIDO LIBERAL PL**
Denunciar este anúncio

Primeira exibição: 23 de jul. de 2022  
Última exibição: 24 de jul. de 2022

Exibido por: 2 dias  
Formato: Vídeo

Exibidos em Brasil, Qualquer horário

**Valor investido**  
O valor que o anunciante gastou com esse anúncio  
**R\$ 80 mil – R\$ 90 mil (BRL)**

**Número de exibições**  
Número de vezes que o anúncio foi exibido. O anúncio pode ter sido mostrado a um usuário mais de uma vez.  
**Mais de 10 mi**

**Críticas de segmentação**  
Essas informações mostram quem esse anunciante tentava alcançar e onde. Os anunciantes políticos não podem selecionar critérios para esse anúncio por idade, sexo e localização geral (a nível de CEP).  
[Sobre estas restrições](#)

✓ Rio de Janeiro ✓ São Paulo  
✓ Minas Gerais ✓ Espírito Santo

3

Disponível

em:

<https://adstransparency.google.com/advertiser/AR04315776721786765313/creative/CR13680941778159534081?political=&region=BR> > . Acesso em 26 de julho de 2022.



Conforme noticiam os canais de comunicação, o investimento em anúncios realizado pelo Partido Liberal foi o maior do campo político realizado no Google desde novembro de 2021, desbancando a produtora de vídeos conservadora Brasil Paralelo, que já gastou cerca de R\$ 413.000,00 (quatrocentos e trezes mil reais) com impulsionamento de conteúdo.<sup>4</sup> O efeito da divulgação em massa dos vídeos de 6 (seis) a 30 (trinta) segundos foi percebida pelos internautas, que se manifestaram contra a atitude levada a cabo pelo PL, em benefício do Senhor Jair Messias Bolsonaro.<sup>5</sup>

Como se vê, não se afigura crível, dentro dos parâmetros da proporcionalidade e da razoabilidade, que um partido político invista quase um milhão de reais, em apenas dois dias, para impulsionar anúncios em favor de uma pré-candidatura, às vésperas da convenção partidária. Cabe observar, por esse prisma, que, para além dos gastos serem vultosos, os impulsionamentos sequer se prestaram a confortar finalidades que orbitam pelos interesses eminentemente partidários, que porventura defluíssem da logística da convenção. Ao revés, o conteúdo transcendeu a finalidade partidária, pois teve alcance nacional e foi destinado apenas a promover odes desmedidas ao Senhor Jair Messias Bolsonaro, com a veiculação de *jingle* de campanha e de vídeos estruturados com nítido arquétipo eleitoral.

Isso dito, é insofismável que houve nítida violação às balizas delineadas pela Resolução TSE nº 23.610/2019 em relação aos cuidados que os *players* devem tomar no período de pré-campanha, especificamente porque inexistiu respeito quanto à necessidade de observar a moderação de gastos com impulsionamento de conteúdo na *internet*.

---

<sup>4</sup> Disponível em: < <https://br.noticias.yahoo.com/bolsonaro-mira-sudeste-em-anuncios-111700817.html> > . Acesso em 26 de julho de 2022.

<sup>5</sup> Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/07/bolsonaro-mira-sudeste-em-anuncios-no-youtube-e-vira-alvo-de-bloqueios-de-canais.shtml> > . Acesso em 26 de julho de 2022.



## **II. DO DIREITO**

### **II.I DA PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR (ART. 3º-B DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.610/2019). DA VIOLAÇÃO AO ART. 44, INCISO XI, DA LEI Nº 9.096/1995**

A Resolução TSE nº 23.610/2019 define o impulsionamento de conteúdo como sendo o mecanismo ou serviço que, mediante contratação com os provedores de aplicação de internet, potencializam o alcance e a divulgação da informação para atingir usuáries e usuários que, normalmente, não teriam acesso ao seu conteúdo, incluída entre as formas de impulsionamento a priorização paga de conteúdos resultantes de aplicações de busca na internet (art. 37, inciso XIV).

Extraí-se do próprio conceito delineado por esta Justiça Eleitoral que o impulsionamento é destinado a atingir um maior número de usuário que sequer teriam buscado munir-se do teor do conteúdo veiculado. Ou seja, tendo em vista o alto número de usuários de internet no Brasil, a entrega do conteúdo impulsionado, a depender da quantidade do montante despendido pelo anunciante, pode atingir milhares de pessoas.

Diante do elevado grau de capilaridade da técnica, o conteúdo é difundido de forma direcionada e previamente acertada pelo anunciante para atingir determinado nicho social e geográfico. Com isso, o contratante pode, com base em elementos objetivos previamente angariados, lançar mão do conteúdo para públicos específicos, notadamente para buscar uma maior adesão à ideia que busca defender ou, *in casu*, à candidatura que visa apoiar.

Pode-se citar, como exemplo dessa prática, que o PL pagou cerca de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) pelo impulsionamento de um vídeo de 30 (trinta) segundos para os estado do Nordeste (Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará,





Maranhão, Sergipe, Bahia e Piauí), onde a candidatura do Senhor Jair Messias Bolsonaro tem baixíssimo apoio dos eleitores.<sup>6</sup>

Foi em razão da potencialidade dos efeitos que os atos de impulsionamento de conteúdo podem causar no eleitorado, que este Egrégio Tribunal Superior Eleitoral estabeleceu que, “o impulsionamento de conteúdo político-eleitoral, nos termos como permitido na campanha também será permitido durante a pré-campanha, desde que não haja pedido explícito de votos **e que seja respeitada a moderação de gastos**” (art. 3º-B, da Resolução TSE nº 23.610/2019).

O *tél*os subjacente à determinação vertida do art. 3º-B, da Resolução TSE nº 23.610/2019 é o de impedir que haja aplicação de grandes quantias de dinheiro no impulsionamento de conteúdos no período de pré-campanha, com o cerne de evitar a ocorrência do malsinado abuso de poder econômico, especificamente porque nessa fase do processo eleitoral não há abertura de contas de campanha nem tampouco controle contábil a ser realizado por esta Justiça Especializada. Isso porque, como é cediço, os recursos materiais representam o instrumento que propicia a incidência dos mais variados tipos de abusos de poder, fazendo com que os candidatos com mais numerários tenham maiores vantagens na disputa.<sup>7</sup>

O fator deontológico materializado no respeito à moderação de gastos com impulsionamento de conteúdo no período de pré-campanha revela que os valores aplicados não descambem para a senda do abuso, no que devem, por isso mesmo, curvar-se aos postulados da proporcionalidade e da razoabilidade; sem o cometimento de excessos que violem o bem jurídico protegido nessa fase do processo eleitoral, a saber, o princípio da paridade de armas.

---

<sup>6</sup> Disponível em: < <https://www.uol.com.br/eleicoes/2022/07/24/pl-gastos-anuncios-bolsonaro-google-youtube.htm> > . Acesso em 26 de julho de 2022.

<sup>7</sup> AGRA, Walber de Moura. **Poder econômico e caixa dois no sistema eleitoral brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2019. P. 190.





Verifica-se que houve manifesto desrespeito à determinação de que os gastos aplicados com impulsionamento sejam moderados a partir do cotejo realizado entre o que fora gasto por outros partidos políticos, em meses, e o que fora gasto pelo Partido Liberal (PL), em apenas dois dias, a saber: **a)** O PSDB impulsionou 27 (vinte e sete) anúncios no período de 8 (oito) meses, no valor total de R\$ 242.000,00 (duzentos e quarenta e dois mil reais); <sup>8</sup> **b)** A União Brasil impulsionou 11 (onze) anúncios, no período de 8 (oito) meses, no valor total de R\$ 110.500,00 (cento e dez mil e quinhentos reais); <sup>9</sup> **c)** O PT impulsionou 10 (dez) anúncios, no período de 8 (oito) meses, no valor total de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais); <sup>10</sup> **d)** O Republicanos impulsionou 3 (três) anúncios, no período de 8 (oito) meses, no valor total de R\$ 6.000,00 (reais). <sup>11</sup>

Presente essa moldura, denota-se, a toda evidência, que o Partido Liberal (PL) malferiu a regra prevista no art. 3º-B da Resolução TSE nº 23.610/2019, porquanto em apenas dois dias despendeu quase um milhão de reais em impulsionamento de conteúdo para favorecer a pré-candidatura do Senhor Jair Messias Bolsonaro, fato nunca dantes presenciado no âmbito digital. Ou seja, não se faz necessário empreender esforços desmedidos para vislumbrar que afigura-se manifestamente desproporcional gastar cerca de R\$ 741.000,00 (setecentos e quarenta e um mil reais), em dois dias, com impulsionamento de conteúdo.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://adstransparency.google.com/advertiser/AR11573576904275394561?political=&region=BR> < .  
Acesso em 26 de julho de 2022.









<sup>9</sup> Disponível em: <https://adstransparency.google.com/advertiser/AR17257119634016960513?political=&region=BR> > .  
Acesso em 26 de julho de 2022.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://adstransparency.google.com/advertiser/AR10134162251888721921?political=&region=BR> > .  
Acesso em 26 de julho de 2022.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://adstransparency.google.com/advertiser/AR15325075393875017729?political=&region=BR> > .  
Acesso em 26 de julho de 2022.



Noutro quadrante, conforme será melhor exposto abaixo, os valores aplicados individualmente às postagens também ultrapassaram a cautela imanente à regra prevista no art. 3º-B da Resolução TSE nº 23.610/2019. Contextualiza-se que diversas postagens de 6 (seis) segundos foram impulsionadas pelo valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais); outras nos valores de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Isso tudo enquanto outros partidos gastaram no impulsionamento de uma postagem, por exemplo, cerca de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por 54 (cinquenta e quatro) dias de aplicação.<sup>12</sup> Confira-se:

 <p>PARTIDO LIBERAL PL</p> <p>Exibido 600 mil – 700 mil vezes</p> <p>A partir de 23 de jul. de 2022 (2 dias)</p> <p>Gasto de R\$ 7 mil – R\$ 8 mil</p>	 <p>PARTIDO LIBERAL PL</p> <p>Exibido 1,75 mi – 2 mi vezes</p> <p>A partir de 23 de jul. de 2022 (2 dias)</p> <p>Gasto de R\$ 15 mil – R\$ 20 mil</p>	 <p>PARTIDO LIBERAL PL</p> <p>Mais de 10 mi</p> <p>A partir de 23 a 24 jul. 2022 (2 dias)</p> <p>Gasto de R\$ 80 mil – R\$ 90 mil</p>	 <p>PARTIDO LIBERAL PL</p> <p>Exibido 1,75 mi – 2 mi vezes</p> <p>A partir de 23 de jul. de 2022 (2 dias)</p> <p>Gasto de R\$ 15 mil – R\$ 20 mil</p>
 <p>PARTIDO LIBERAL PL</p> <p>Exibido 1,5 mi – 1,75 mi vezes</p> <p>A partir de 23 de jul. de 2022 (2 dias)</p> <p>Gasto de R\$ 15 mil – R\$ 20 mil</p>	 <p>PARTIDO LIBERAL PL</p> <p>Exibido 7 mi – 8 mi vezes</p> <p>A partir de 23 de jul. de 2022 (2 dias)</p> <p>Gasto de R\$ 70 mil – R\$ 80 mil</p>	 <p>PARTIDO LIBERAL PL</p> <p>Exibido 1,75 mi – 2 mi vezes</p> <p>A partir de 23 de jul. de 2022 (2 dias)</p> <p>Gasto de R\$ 15 mil – R\$ 20 mil</p>	 <p>PARTIDO LIBERAL PL</p> <p>Mais de 10 mi</p> <p>A partir de 23 de jul. de 2022 (2 dias)</p> <p>Gasto de R\$ 80 mil – R\$ 90 mil</p>

12

Disponível

em:

<https://adstransparency.google.com/advertiser/AR17257119634016960513/creative/CR16613667837256400897?political=&region=BR> > . Acesso em 26 de julho de 2022.



 <p>PARTIDO LIBERAL PL Exibido 8 mi – 9 mi vezes A partir de 23 de jul. de 2022 (2 dias) Gasto de R\$ 70 mil – R\$ 80 mil</p>	 <p>PARTIDO LIBERAL PL Exibido 5 mi – 6 mi vezes A partir de 23 de jul. de 2022 (2 dias) Gasto de R\$ 50 mil – R\$ 60 mil</p>	 <p>PARTIDO LIBERAL PL Exibido 9 mi – 10 mi vezes A partir de 23 a 24 jul. 2022 (2 dias) Mais de R\$ 90 mil</p>	 <p>PARTIDO LIBERAL PL Exibido 7 mi – 8 mi vezes A partir de 23 de jul. de 2022 (2 dias) Gasto de R\$ 70 mil – R\$ 80 mil</p>
 <p>PARTIDO LIBERAL PL Exibido 1 mi – 1,25 mi vezes A partir de 23 de jul. de 2022 (2 dias) Gasto de R\$ 10 mil – R\$ 15 mil</p>	 <p>PARTIDO LIBERAL PL Exibido 1 mi – 1,25 mi vezes A partir de 23 de jul. de 2022 (2 dias) Gasto de R\$ 10 mil – R\$ 15 mil</p>	 <p>PARTIDO LIBERAL PL Exibido 9 mi – 10 mi vezes A partir de 23 a 24 jul. 2022 (2 dias) Gasto de R\$ 80 mil – R\$ 90 mil</p>	

Demais disso, impende destacar que os gastos realizados pelo Partido Liberal (PL) foram provenientes do Fundo Partidário e, após o início do prazo para das convenções partidárias <sup>13</sup>, mais precisamente nos dias 22 (vinte e dois) e 23 (vinte e três) de julho de 2022. Portanto, houve descumprimento à regra inscrita no art. 44, inciso XI, da Lei nº 9.096/1995, na medida em que aplicou-se recursos do Fundo Partidário com custeio de impulsionamento em período vedado. <sup>14</sup>

Exala-se como conclusão, a partir de tudo que fora exposto, que o impulsionamento realizado pelo Partido Liberal (PL) em benefício da candidatura do

<sup>13</sup> 20 de julho a 5 de agosto do ano das eleições.

<sup>14</sup> Art. 44. Os recursos oriundos do Fundo Partidário serão aplicados: (...) XI - no custeio de impulsionamento, para conteúdos contratados diretamente com provedor de aplicação de internet com sede e foro no País, incluída a priorização paga de conteúdos resultantes de aplicações de busca na internet, inclusive plataforma de compartilhamento de vídeos e redes sociais, mediante o pagamento por meio de boleto bancário, de depósito identificado ou de transferência eletrônica diretamente para conta do provedor, proibido, nos anos de eleição, no período desde o início do prazo das convenções partidárias até a data do pleito.



Senhor Jair Messias Bolsonaro violou de forma assaz intensa o disposto no artigo 3º-B da Resolução TSE nº 23.610/2019 e no art. 44, inciso XI, da Lei nº 9.096/1995, de modo que substancia-se, por isso mesmo, em uma propaganda eleitoral irregular, passível de sofrer reprimendas desta Justiça Eleitoral, com a aplicação da multa prevista no art. 57-B, §5º da Lei nº 9.504/1997<sup>15</sup> aos ora Representados. Tem-se, na espécie, o Partido Liberal (PL) como responsável pelo conteúdo impulsionado e, do outro lado, o Senhor Jair Messias Bolsonaro, nítido beneficiário das conduta irregulares sob análise.

Ainda cabe ressaltar, por medida de cautela, que um mesmo fato pode incidir em diversas *fattispecies* que conclamem a atuação do Direito Eleitoral Sancionador, de modo que cabe à parte Autora promover a necessária subsunção relacionada à pretensão que se busca veicular. **Desse modo, descabe limitar um evento fático a uma única subsunção, pois além da possibilidade de enquadramento em várias figuras típicas, inexistente mandamento deontológico para tanto.**

Saliente-se que a grei ora Representante reputou mais relevante, nessa atual quadra do processo eleitoral, ingressar com a presente Representação Eleitoral, sem prejuízo de posterior ajuizamento de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) em momento oportuno. Diz-se isso porque, para além da violação aos preceptivos legais e normativos demonstrados, os fatos evidenciam a ocorrência de abuso de poder econômico, com a patente quebra do princípio da paridade de armas.

### III. DOS PEDIDOS

---

<sup>15</sup> Art. 57-B. A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas: (...) § 5º A violação do disposto neste artigo sujeita o usuário responsável pelo conteúdo e, quando comprovado seu prévio conhecimento, o beneficiário, à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ou em valor equivalente ao dobro da quantia despendida, se esse cálculo superar o limite máximo da multa.



Pelo fio do exposto, **requer** a Vossa Excelência o seguinte:

- a) A notificação dos Representados para, querendo, apresentarem defesa (art. 18 da Resolução TSE nº 23.608/2019), com a determinação para que o Partido Liberal (PL) informe a natureza do montante gasto com os impulsionamentos objeto desta Representação Eleitoral, já que presente uma violação ao previsto no art. 44, inciso XI, da Lei nº 9.096/1995;
- b) No mérito, sejam os Representados condenados ao pagamento de multa em valor equivalente ao dobro da quantia despendida com os impulsionamentos, nos termos do art. 57-B, §5º, da Lei nº 9.504/1997;
- c) O envio dos autos ao Ministério Público Eleitoral.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília (DF), 26 de julho de 2022.



**WALBER DE MOURA AGRA**  
OAB/PE 757-B

**ALISSON LUCENA**  
OAB/PE 37.719

**IAN RODRIGUES DIAS**  
OAB/DF 10.074

**MARCOS RIBEIRO DE RIBEIRO**  
OAB/RJ 62.818

**MARA HOFANS**  
OAB/RJ 68.152

**ANA CAROLINE LEITÃO**  
OAB/PE 49.456

